

Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal

A cooperação inter-americana no estudo da Administração Pública

JOHN C. PATTERSON

Diretor da "School of Public Affairs" da
"American University"

Já é do conhecimento dos leitores da "Revista do Serviço Público" que o Chefe do Governo, atendendo a proposta formulada pelo antigo Conselho Federal do Serviço Público Civil, expediu, em 7 de outubro de 1938, um decreto-lei — o de n.º 776 — dispondo sobre especialização e aperfeiçoamento de funcionários públicos civis federais no estrangeiro.

Mais tarde, nos termos do art. 2.º do referido decreto-lei, o DASP submeteu à apreciação do Presidente da República, com a exposição de motivos n.º 692, de 29 de abril de 1939, as Instruções para sua execução nesse ano, as quais foram aprovadas por despacho de 3 de maio de 1939.

De acôrdo com as ditas Instruções, foram selecionados dez funcionários públicos federais, que se encontram atualmente nos Estados Unidos, sob a chefia do prof. Mário de Brito, cursando, a maioria deles, a American University, da capital federal norte-americana.

A propósito de tais cursos de aperfeiçoamento e especialização ministrados em Universidades daquele país e que se destinam a funcionários públicos, tanto norte-americanos como estrangeiros, dos quais, aliás, se vêm utilizando o Governo brasileiro e o de outras nações latino-americanas, o prof. John C. Patterson, Diretor da Escola de Administração Pública daquela Universidade, escreveu para o "Boletim da União

Panamericana" um artigo sob o título acima, publicado no número de dezembro último dêsse periódico, que — com a devida vênia — aqui reproduzimos em tradução.

A crescente participação de nossos governos — municipal, estadual e nacional — na vida quotidiana do povo dos Estados Unidos, desde a Guerra Mundial, é bastante conhecida. Como essa participação tende a aumentar para o futuro, e não a diminuir, cresce também a necessidade de funcionários públicos eficientes.

Tal expansão deu origem a um interessante problema que diz respeito ao funcionalismo. Os antigos *bureaux* e departamentos foram desenvolvidos e, bem assim, muitas novas repartições foram criadas. A rápida intensificação dos serviços trouxe para os cargos públicos milhares de jovens, de ambos os sexos, aos quais falta experiência em assuntos administrativos. A necessidade de treinamento para êsses novos funcionários, bem como para outros que desejem ingressar no serviço público, foi logo reconhecida. O funcionário desejava não somente desenvolver maior eficiência no seu trabalho imediato, como também oportunidades para se preparar para funções de maior responsabilidade. Era evidente que tais oportunidades poderiam ser proporcionadas, em parte, por cursos universitários que abrangessem tanto os problemas específicos, como os aspectos mais gerais da administração dos diferentes departamentos e repartições em que o estudante exercesse sua atividade.

A *American University*, tão bem situada na cidade de Washington, estava em posição privilegiada para cooperar com os homens de responsabilidade de nosso govêrno que consideravam seriamente êsses problemas. Assim, em 1934, a Universidade organizou uma Escola de Administração Pública (*School of Public Affairs*) afim de suplementar o trabalho de sua *Graduate School*

grama visado, o corpo docente regular dessas duas escolas foi acrescido de um grupo de técnicos e administradores de responsabilidade, provindos dos departamentos e repartições do Govêrno em Washington. Êsses *experts* prestam seu auxílio dando cursos regulares na Universidade e atuando como prelecionadores especiais nas classes e seminários. Dêsse modo, contribuem para trazer



Acompanhados do prof. John C. Patterson e do prof. Mário de Brito, alguns funcionários brasileiros, que estão cursando a Escola de Administração Pública da American University, estiveram em visita ao Palácio da União Panamericana, em Washington. A fotografia acima foi tirada por ocasião dessa visita. No primeiro plano, a Srta. Ana Maria de Cerqueira Lima. Atrás, da esquerda para a direita, os Srs.: Eduardo Lopes Rodrigues; Ari de Castro Fernandes; L. S. Rowe, Diretor Geral da União Panamericana; prof. Mário de Brito; prof. John C. Patterson; Joaquim Rufino Ramos Jubé Júnior; e Augusto de Bulhões.

e desenvolver o estudo dos aspectos administrativos do govêrno. Esperava-se que, com o desenvolvimento do programa, fôssem incluídos cursos de treinamento relativos a certos setores técnicos. A Escola de Administração Pública trabalhou em estreita colaboração com a *Graduate School* da Universidade, a qual é especializada em Ciências Sociais. Afim de executar o amplo pro-

ao estudante conhecimentos de primeira mão sobre os processos da administração pública.

Durante os anos que decorreram desde a cristalização dos planos de estudo dos problemas administrativos, a Escola de Administração Pública desenvolveu-se rapidamente. O limitado programa primitivo, constante de um pequeno número de cursos abrangendo uma curta extensão,

expandiu-se de tal forma que hoje compreende mais de 160 cursos, cobrindo um vasto campo. Entre as disciplinas incluídas no atual programa e que ilustram a amplitude da oportunidade que se oferece àqueles que desejam se habilitar em administração e ciências sociais, figuram: Tecnologia e Modernos Problemas Econômicos, Controle Comparativo de Sistemas Bancários, Movimentos Trabalhistas, Problemas e Política relativos ao Território Nacional, Política Tarifária, Administração Orçamentária Federal, Estimativas Demográficas e Métodos Estatísticos Censitários.

Logo depois de tomadas as primeiras medidas para o desenvolvimento da Escola de Administração Pública, e ao mesmo tempo em que homens de responsabilidade em nosso governo se achavam empenhados na discussão da possibilidade de cooperação entre a Universidade e o Governo, representantes de alguns Governos da América Latina mostram-se interessados no projeto. Esses representantes indagaram si os funcionários de seus respectivos países não poderiam também se valer dos cursos de treinamento sobre assuntos administrativos, que se pretendia proporcionar aos norte-americanos. Desejavam que os funcionários de seus Governos pudessem acompanhar os cursos regulares de treinamento e participar das discussões de problemas práticos, sob a orientação tanto dos experimentados técnicos da administração nacional, como dos membros regulares do corpo docente.

Dessas primeiras conferências entre os representantes dos países latino-americanos e as autoridades da Universidade, originou-se um plano de ação que vem funcionando com sucesso há três anos. Tal plano tem trazido à Universidade um grupo de jovens funcionários latino-americanos cujo objetivo é aprender, tanto quanto possível, a teoria da administração e os nossos métodos de atacar os problemas atuais. Ordinariamente, esses jovens tomam parte em cursos que correspondem às funções que desempenham em seus países de origem. A experiência que permite, a homens e mulheres interessados em assuntos administrativos, estudar métodos e conviver com funcionários de outra nação, é indiscutivelmente boa sob todos os pontos de vista.

Na maioria dos casos, os únicos cursos escolhidos para os estudantes estrangeiros são os que dizem respeito a matérias gerais; mas pode-se dar o caso de um experimentado administrador latino-americano achar-se preparado para trabalho

mais adiantado e mais especializado. Cada estudante latino-americano é treinado individualmente e todo esforço é realizado para que lhe seja proporcionado o tipo de treinamento que lhe seja de maior utilidade, tendo em vista a função que exerce na administração de seu país. A planificação cuidadosa do programa destinado ao estudante estrangeiro é de importância essencial. Quando jovens funcionários públicos, provenientes de todas as regiões do Novo Mundo, se acham reunidos numa sala de aulas comum e numa atmosfera de estudo, os mais valiosos resultados devem ser obtidos.

A experiência tem demonstrado que, na maior parte dos casos, é de bom aviso, para os estudantes latino-americanos, chegarem a Washington de seis semanas a dois meses antes da abertura do ano acadêmico. Isso facultar-lhes um período de adaptação à vida dos Estados Unidos e proporcionar-lhes uma oportunidade, necessária, de precederem seu programa regular de estudo, durante um período de várias semanas, de um curso intensivo de língua inglesa. A chegada antecipada do estudante a Washington permite ainda, às autoridades da Universidade, estudar suas necessidades individuais e esboçar seu futuro programa de estudos. Quando o estudante já se habituou à rotina da vida colegial americana, procura-se dar-lhe oportunidade de observar o trabalho que se executa nas próprias repartições públicas. Nessa ocasião, já familiarizado com a língua e os costumes de nosso povo, acha-se preparado para estudar os métodos empregados na repartição que corresponda àquela de que ele é funcionário, em sua terra natal. Afim de facilitar o desenvolvimento desse plano, destinado a incrementar a cooperação entre os administradores públicos de todas as Américas, a *American University* tem concedido um número limitado de bolsas escolares gratuitas. Como, porém, o número dessas bolsas é necessariamente pequeno, os governos interessados têm geralmente tomado a resolução de financiar a estadia, nos Estados Unidos, dos jovens que selecionam para aqui fazerem cursos de especialização e aperfeiçoamento. O Governo do Brasil, por exemplo, concede ao funcionário uma licença de um ano, que pode mais tarde ser prolongada por um segundo ano, e continua a pagar-lhe os vencimentos enquanto estiver estudando fora de seu país. Em casos de vencimentos considerados insuficientes para manter confortavelmente o estudante em Washington,

tem sido concedida uma suplementação por outras verbas. Esse método permite ao Governo brasileiro enviar aos nossos cursos um grupo altamente selecionado de jovens de ambos os sexos, os quais, de outro modo, poderiam ser privados dessa experiência por falta de recursos financeiros. O interesse demonstrado pelos Governos latino-americanos tem contribuído para trazer à Universidade um excelente tipo de jovens funcionários públicos de seus países.

Nos últimos três anos, têm cursado a Universidade estudantes provenientes do Brasil, da República Dominicana, de Honduras, do México e do Panamá. Seus interesses são tão largamente diferenciados como o direito marítimo da administração florestal. Todavia, a maioria deles se acha interessada em Administração Pública. É também verdade que a maior parte dos estudantes de Administração Pública tem vindo do Brasil e que, atualmente, dez funcionários dessa República, de ambos os sexos, estão matriculados na Escola de Administração Pública. São empregados do Serviço Civil Brasileiro e, de modo geral, interessam-se pela organização e administração de serviços públicos. Um programa típico de um desses estudantes brasileiros compreende cursos sobre Fundamentos de Administração Pública, Teorias Econômicas Contemporâneas e Problemas de Administração do Pessoal. No caso de um jo-

vem que esteja estudando para o serviço do governo, mas que não esteja ainda empregado, um programa típico pode ser encontrado no de um estudante do Panamá. Tal programa compreende Princípios de Administração Pública, Controle Governamental da Vida Econômica, Problemas de Organização, Direção e Supervisão, e um curso de técnica oratória (*speech*). Programas de outros estudantes abrangem estudos sobre Problemas de Transportes, Direção de Seções Comerciais e Econômicas do Governo e Psicologia das Relações Humanas aplicada à Administração.

Concluindo, pode-se, convenientemente, chamar a atenção para o fato de estar a Universidade grandemente reconhecida a numerosos membros de nossa própria administração, por sua cooperação no sentido de que esse plano funcione convenientemente. O estudante estrangeiro é bem recebido, não somente pelo corpo docente e pelos alunos da Universidade, como também pelos funcionários do nosso Governo. Todos têm manifestado seu interesse em auxiliá-lo a cumprir o programa estabelecido. A Universidade é também reconhecida a uma das grandes fundações dos Estados Unidos, pelo auxílio financeiro que a habilita a proporcionar, aos estudantes latino-americanos, assistência, orientação, os necessários instrutores de Inglês e outros serviços.

CONCURSOS NOS ESTADOS

Conforme temos noticiado em números anteriores, o DASP vai realizar concursos para cargos públicos em vários pontos do país. Com essa medida, visa possibilitar a todos os brasileiros o ingresso no serviço público.

As *Instruções Gerais* reguladoras da realização de concursos nos Estados foram aprovadas com a Portaria n. 240, de 16 de setembro de 1939, e acham-se publicadas à pág. 106 de nosso número correspondente aos meses de outubro e novembro do ano passado.

No presente número, publicamos as *Instruções* para o processamento das inscrições, que foram expedidas aos delegados nos Estados.

A Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento já remeteu para vários Estados o material necessário às inscrições nos concursos a serem realizados.

INSTRUÇÕES PARA O PROCESSAMENTO DE INSCRIÇÕES NOS ESTADOS

1 — Observações gerais

1. De acordo com as Instruções baixadas com a Portaria n. 240, de 16 de setembro de 1939, o Delegado da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento (D. S.) do D. A. S. P. é o seu representante direto no Estado, e nesta qualidade tão somente deverá agir.
2. Em caso de impedimento, por qualquer imprevisto, deverá o Delegado comunicar-se imediatamente com a D. S., justificando o motivo, afim de ser substi-